



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.000, DE 2009 **(Da Sra. Lídice da Mata)**

Dispõe sobre a transferência simbólica da Capital Federal da República Federativa do Brasil para a Cidade de Porto Seguro, no Estado da Bahia

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE:
EDUCAÇÃO E CULTURA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Capital da República Federativa do Brasil será transferida, simbolicamente, para a Cidade de Porto Seguro, no Estado da Bahia, todo dia 22 de abril, marco do aportamento europeu em terras brasileiras.

Parágrafo Primeiro: As solenidades e atos oficiais relativos à transferência simbólica da sede do Governo Federal serão organizadas por Comissão em nível ministerial instituída pelo Executivo Federal, incorporando em sua composição a participação do executivo estadual da Bahia e municipal do executivo de Porto Seguro.

Parágrafo Segundo: As solenidades e atos supramencionadas deverão resgatar a história nacional, notadamente a história de nossos primeiros habitantes nativos indígenas, oferecendo destaque à diversidade étnica e cultural que formou e forma a Nação Brasileira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Muito já se disse sobre os prejuízos para a própria formação da consciência de cidadania de nosso povo a falta de memória histórica, de conhecimento do povo brasileiro sobre as suas origens, sua trajetória. Sabemos todos que a comemoração de determinadas datas alusivas a momentos importantes de nossa formação nacional, são formas eficientes e de grande importância para o resgate de nossa memória e para a formação de nossa identidade nacional.

Assim tem sido, por exemplo, para o povo baiano as comemorações do dois de julho, momento em que relembramos a importância da luta de nossos antepassados, que deram suas próprias vidas para a libertação de nosso País do jugo colonial português. A celebração da coragem de Maria Quitéria tem servido ao longo de gerações para resgatar a importância da mulher brasileira na construção nacional.

Todo ano, o governo baiano transfere oficialmente a sua sede para o município de Cachoeira, numa reverência àquela que foi a primeira cidadela da resistência baiana às tentativas do exército colonial português de preservar o seu domínio sobre o Brasil.

Tive a honra de como deputada estadual ter apresentado na Assembléia Legislativa de meu estado, o projeto de lei que originou essa medida governamental, ampliando em alcance e repercussão as tradicionais comemorações populares.

Medida com objetivo similar anima o presente projeto de lei. Durante as comemorações oficiais dos quinhentos anos de Brasil, realizadas no ano que deu

início ao século XXI, revelaram o quanto estamos ainda distantes de uma real compreensão de nossas origens e de nossa história.

No dia vinte e quatro de abril do ano de 2000 um despacho da BBC Brasil fazia uma enquete com seus leitores sobre os incidentes ocorridos na cidade de Porto Seguro dois dias antes, e assim descrevia os acontecimentos:

“As comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil foi marcada pelo protesto de índios, sem-terra e negros contra a exclusão social no país.

No dia 22 de abril, cerca de 3 mil manifestantes saíram em passeata de Coroa Vermelha, no sul da Bahia, em direção a Porto Seguro, onde aconteciam as comemorações oficiais.

A polícia interveio com gás lacrimogêneo, dispersando a marcha e deixando vários manifestantes com ferimentos leves.

Segundo o general Alberto Cardoso, a ação da polícia se deveu a conflitos entre índios e negros que participavam da passeata.

Segundo o correspondente da BBC, Iain Bruce, presente na marcha, a manifestação foi pacífica e parou a cem metros da barreira policial, quando então foi atacada pela polícia.

O governador da Bahia justificou a ação da polícia, argumentando que uma manifestação no dia 22 seria um desrespeito aos convidados da festa oficial.”

Os índios, os negros, os sindicalistas, o povo enfim, no entender dos governos da época, não estavam convidados para a festa. Quinhentos anos depois do desembarque colonial português, ainda não havia espaço para o povo nas comemorações oficiais.

Naquele vinte e dois de abril de 2000, muito mais do que a cenas lamentáveis de violência gratuita contra o povo, assistíamos a reprodução de uma verdadeira metáfora dos quinhentos anos de nossa história. A visão elitista e conservadora de nossos governantes à época refletiam, na verdade, uma cultura do estado brasileiro. Quando defrontados com a necessidade de celebrar o nascimento de nossa Nação, o Estado revelava a sua incapacidade de incluir o povo brasileiro naqueles acontecimentos.

Toda a preparação oficial já prenunciava o desastre. Sob o título "Licença histórica", o jornalista Elio Gaspari, cinco meses antes da data comemorativa fazia revelações bem significativas do espírito que presidiu a organização do evento:

"O poder faz coisas incríveis com a cabeça das pessoas. Para se livrar dos índios pataxós que estão infernizando a vida dos organizadores das festas dos 500 anos da chegada de Cabral a Porto Seguro, o ministro Rafael Greca chegou a pensar em proclamar que os navios portugueses aportassem em outra praia, perto da cidade do Prado, dezenas de quilômetros ao sul. Seria a embocadura do pequeno rio onde Caminha registra que a armada passou a noite do temporal de 21 de abril de 1500. Greca desistiu, mas se deixassem acabaria sugerindo que os portugueses desembarcaram em Curitiba."

Mas aquelas comemorações trouxeram um novo alento à pesquisa histórica do período. Centenas de artigos e dezenas de publicações trouxeram novas luzes, e novas reflexões sobre nossas origens e sobre a nossa identidade nacional.

Cresceu a visibilidade e a legitimidade do movimento indígena brasileiro em sua justa luta por reparação e reconhecimento de seus direitos por parte do Estado nacional. Ampliou-se a consciência por parte dos brasileiros não índios, de que nessas terras de Pindorama havia gente. Cinco milhões de nativos brasileiros, indígenas distribuídos por cerca de novecentos e setenta povos. E esse reconhecimento histórico oferece outra perspectiva para os legítimos pleitos por demarcação de suas terras.

Repensar nossa formação histórica subsidia muitos aspectos da luta de nossos afro-descendentes por seus direitos e sua oposição à segregação e ao racismo. E para isso muito tem contribuído as comemorações no vinte de novembro da grande resistência dos quilombolas de Palmares na Serra da Barriga em Alagoas, que consagrou a liderança de Zumbi. Não tem qualquer sentido que as comemorações do dia 22 de abril sejam realizadas apenas de quinhentos e quinhentos anos. É indispensável um trabalho constante e persistente no sentido de resgatar nosso marco fundacional.

Quando nos propomos nos debruçar sobre o passado, o fazemos movidos pela certeza de que mergulhando em nossa história, resgatamos a dignidade de nossa gente. Quando propomos que essa data seja motivo de comemorações oficiais mais amplas, o fazemos com a consciência de que esses eventos estimularão o debate e a reflexão em nossa sociedade, sobre quem somos e quem queremos ser como povo.

Porto Seguro, berço de nossos laços históricos com a história do Ocidente, representa também uma porta de entrada para o Mundo. Suas belezas naturais e sua riqueza cultural, associadas a imensa capacidade de trabalho demonstrada por seu povo, que foi capaz de ali construir um dos destinos turísticos mais modernos, prósperos e eficientes do Brasil, muito terá a oferecer e a ganhar com as medidas propostas por este projeto de lei.

A transferência simbólica do governo federal para aquela localidade no dia vinte e dois de abril de cada ano, certamente estimulará que aquela região se torne uma verdadeira memória viva de nossa fundação como Nação, oferecendo a oportunidade de incremento do nosso turismo histórico, em benefício dos brasileiros de todas as regiões, e um forte atrativo de novas levas de turistas estrangeiros que se somarão ao já expressivo contingente de hoje.

Ao reverenciar o seu berço de nascimento estará o Estado brasileiro estimulando novas oportunidades de emprego e renda, com fortes impactos positivos sobre a economia de toda a região do sul da Bahia.

Celebrar o passado, sim, mas com os olhos voltados para o futuro. Construindo nossa memória coletiva, colocando novas luzes sobre antigos mitos. Permitir uma melhor compreensão sobre como e por que surgiram nossos

preconceitos. De como esses preconceitos nos dividem e enfraquecem. Revelando com quanto de luta e sacrifício é feito o nosso presente.

Consolidando, enfim, numa ampla reflexão coletiva um projeto nacional capaz de garantir tempos de justiça e paz para todos os brasileiros, num novo Brasil que sabemos com espaço crescente no cenário mundial.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 2009

**Deputada Lídice da Mata
(PSB/BA)**

FIM DO DOCUMENTO